

INDÚSTRIA

A indústria adapta-se ao Plano

*Flávio Benevett Fligenspan**

Durante o primeiro semestre de 1990, a indústria de transformação brasileira adaptou-se perfeitamente ao que dela esperavam os formuladores da política econômica, isto é, entrou em profunda recessão. A partir da eleição do novo Presidente da República no final do ano passado, estava claro para os analistas econômicos e para boa parte do empresariado que a opção de ajuste que seria tomada era a de controle de preços e diminuição do ritmo da atividade econômica. Assim, as empresas adiantaram-se à própria definição do Plano Collor e passaram a fazer as alterações que julgaram necessárias para enfrentar o futuro imediato. A linha de ação adotada foi: aplicar recursos em formação de estoques, em continuidade ao movimento de meados de 1989; aumentar o máximo possível os preços, para que o congelamento os encontrasse no pico; e demitir pessoal.

A Tabela 4, que traz as informações sobre demissões na indústria paulista, ilustra claramente esse processo. Ela evidencia que os empresários acertaram seus prognósticos quanto ao tipo de política que seria adotada, porém subavaliaram a dose. Assim, a partir de março, e principalmente abril, tiveram que realizar dispensas em números muito expressivos e crescentes, chegando ao meio do ano com aproximadamente 170.000 demissões, o que representa mais ou menos 8% dos 2,1 milhões de trabalhadores.¹ A pesquisa do SEADE/DIEESE para a Grande São Paulo revela números ainda piores: até o final de maio, foram eliminados 233.000 postos de trabalho na indústria (GM, 7 e 9.6.90, p.10).

A tradicional análise com base nos índices de produção física publicados pelo IBGE ficou prejudicada neste primeiro semestre, devido ao atraso na divulgação dos números de maio e também porque o mês de abril foi absolutamente atípico. Nesse mês, as empresas aplicaram as fórmulas de ajuste mais imediato às medidas do Plano Collor, quais sejam, férias coletivas, licenças remuneradas, diminuição de horas tra-

* Economista da FEE e Professor da UFRGS.

¹ Observe-se que esse contingente de mão-de-obra é o mesmo do início da década passada, a despeito do crescimento populacional ocorrido.

balhadas e paralisação para manutenção de equipamentos, comprometendo a mensuração da produção e, em consequência, inviabilizando sua utilização para avaliar a tendência do movimento recessivo na indústria. Apesar desses problemas, é possível observar alguns aspectos importantes na Tabela 5.

Antes de qualquer conclusão que se queira tirar a partir do exame da Tabela 5, é preciso alertar que se usam índices mensais, isto é, a base para cada dado da tabela é a produção do mesmo mês do ano anterior.² Assim, um patamar baixo, causado por problemas na produção do mês de referência no ano anterior, gera uma taxa artificialmente alta para o mesmo mês de 1990. Esse é exatamente o caso de todas as categorias de uso, à exceção de bens de consumo não duráveis, no mês de fevereiro. A categoria bens de capital apresentou o mesmo problema nos meses de março e abril; e bens de consumo duráveis, também em abril. Ou seja, se fosse corrigido o viés dado pela base fraca, essas taxas seriam menores. Observam-se, então, quedas importantes na produção do mês de março, com pouco mais de 10 dias para que as empresas se adaptassem ao choque econômico, e, em abril, as taxas são fortemente negativas. Examinando-se mais atentamente as taxas das diversas categorias de uso, conclui-se que as maiores quedas em abril ocorreram em bens de capital e em bens de consumo duráveis, esta última com forte taxa negativa desde março.

Para explicar essas taxas, deve-se lançar mão de alguns argumentos. No que se refere aos bens de capital, é sabido que este é o primeiro setor a sofrer cortes de pedidos e suspensão de encomendas em situações econômicas que se anunciam como recessivas. Além disso, o calote da dívida pública vinculada ao enxugamento de liquidez deixa os setores de "ciclo longo" de produção em situação muito difícil, uma vez que o volume de capital necessário à produção corrente é grande e tem um giro lento.

Quanto aos bens de consumo duráveis, as taxas negativas estão ligadas a uma trajetória da demanda e das expectativas empresariais bastante irregular. Logo após a divulgação das medidas em meados de março, as empresas restringiram a produção, prevendo um encolhimento acentuado da demanda. Porém o abalo de confiança causado pelo aprisio-

² Devido aos problemas acima comentados com os dados de abril e maio, evitou-se usar as taxas acumuladas, que normalmente dão uma visão mais ampla de tendência, mas, no caso em exame, trariam uma resposta distorcida.

namento dos recursos das pequenas poupanças — seja em forma de cadernetas, seja em aplicações em "over" e fundos de curto prazo — somou-se a uma cultura já estabelecida pela classe média quanto ao tipo de reação que ela deve ter frente ao anúncio de congelamento. Assim, os recursos ainda disponíveis foram canalizados para o consumo de bens duráveis e/ou formas alternativas de poupança. Esse impulso seria suficiente para uma expansão, mesmo que curta, da produção. Entretanto há que se lembrar que as empresas do comércio e da indústria estavam com estoques altos no período anterior ao Plano, como forma de preservar o valor dos seus ativos, isto é, optaram por transformar ativos monetários em reais e, desse modo, se resguardaram dos efeitos da hiperinflação em marcha. O mês de maio, quando os estoques já deveriam ter-se esgotado, seria o balizador da retomada da produção. Como foi visto acima, quando da elaboração deste texto ainda não se dispunha dos índices de produção de maio do IBGE, mas as informações da Tabela 4 sobre demissões parecem elucidar a questão; não houve retomada.

Tabela 4

Demissões na indústria de transformação e taxa de variação do
emprego industrial de São Paulo — 1990

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Demissões no mês	14 083	18 633	27 947	45 281	47 447	16 899
Taxa de varia- ção do empre- go no mês (%)	-0,67	-0,89	-1,36	-2,21	- 2,38	-0,87
Demissões acu- muladas no ano	14 083	32 716	60 663	105 944	153 391	170 290

FONTE: FIESP.

Tabela 5

Taxas de crescimento mensais da produção industrial, por categorias,
de uso no Brasil — 1990

DISCRIMINAÇÃO				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL (%)
Indústria de transformação	5,80	9,36	-2,92	-27,40
Bens de capital ...	4,78	8,33	1,87	-31,57
Bens intermediários	4,12	9,15	1,48	-24,23
Bens de consumo ...	6,38	7,82	-8,55	-23,88
Duráveis	3,51	14,26	-12,95	-36,14
Não duráveis	7,09	6,22	-7,40	-21,07

FONTE: IBGE.

NOTA: As taxas têm como base o mesmo mês do ano anterior.

Percebe-se, pois, que a indústria de transformação atendeu rapidamente ao objetivo do Plano Collor quanto ao nível de atividade. Não se pode dizer o mesmo em relação aos preços. Diante do quadro de instabilidade econômica, caracterizado pela taxa de inflação baixa, porém ascendente: pela desconfiança em relação ao controle do "deficit" público e às ações de ajuste que o Governo possa tomar; e diante da incerteza política, no que se refere à atipicidade de um ano eleitoral, é muito difícil realizar previsões para o desempenho no ano. Contudo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta um recuo do PIB de 4% em 1990, com um desempenho muito inferior para a indústria.

Nova política industrial e de comércio exterior

No final do mês de junho, o Governo anunciou a sua proposta para a reorientação da indústria nacional em direção à integração com os países desenvolvidos e com os novos industrializados bem-sucedidos,

cujos representantes legítimos são os chamados "tigres asiáticos". A política tem como objetivo o "(...) aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, através da modernização e reestruturação da indústria (...), buscando preços e qualidade em padrões internacionais" (BR. Minist. Econ., Faz. e Planej., 1990). Para tanto, propõe uma abertura progressiva para o mercado internacional, a capacitação tecnológica e a reestruturação competitiva.

Em relação ao objetivo e à estratégia geral, pelo menos tal como foi anunciada, não há reparos a fazer. Afinal, a indústria nacional — que era comparada à da Coreia nos anos 70 pela sua capacidade de investir e pela possibilidade de chegar no final do século como mais uma potência mundial — passou a década de 80 se "ajustando" à crise do balanço de pagamentos e à escalada de preços. Com isso deixou passar a oportunidade de investir em ampliação e **modernização** e "perdeu o trem" da tecnologia de ponta e da competitividade. Neste momento histórico, em que a economia internacional se reorganiza em blocos, urge que se faça todo esforço para encontrar um lugar diferente daquele no qual a Geografia naturalmente nos colocou. Ou seja, é necessário que a indústria nacional se lance ao novo padrão tecnológico internacional, dominado pela microeletrônica e pelos processos flexíveis de produção, sob pena de, em poucos anos, não conseguir mais sustentar a concorrência no mercado externo. As vantagens comparativas brasileiras, baseadas em mão-de-obra, matéria-prima e energia barata, subsídios diversos e desvalorização cambial, estão sendo superadas pelos grandes ganhos de produtividade obtidos pelos países mais avançados.³ E o mais dramático é que esses países aplicam a nova tecnologia não apenas nos setores de ponta, mas também nos setores tradicionais, "rejuvenescendo-os".⁴ A consequência disso é que, mesmo com fatores de produção mais caros, eles passam a competir diretamente com exportações brasileiras de manufaturados no mercado internacional. Não se trata, portanto, de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países avançados produzem bens modernos, com tecnologia de ponta, e os outros produzem bens tradicionais, com tecnologia antiga e custos baixos.

³ Essa diferenciação das fontes de competitividade gerou na literatura os conceitos de "competitividade espúria" e, seu oposto, "competitividade autêntica" — a que é baseada em ganhos de produtividade.

⁴ A esse respeito, ver os artigos de José Carlos R. Miranda (1989) e Wilson Suzigan (1989).

Assim, só resta seguir o caminho do avanço tecnológico. É nesse sentido que a abertura da economia é importante para expor o produto nacional à competição externa e, então, forçar a obtenção de ganhos de produtividade. E é justamente daí que advêm os riscos, pois essa abertura deve ser feita com extrema cautela, sob pena de "sucatear" rapidamente a indústria nacional, hoje reconhecidamente atrasada, com raras exceções. É recomendável que a diminuição de alíquotas do imposto de importação seja gradual, comece pelos pontos mais baixos da cadeia produtiva e, principalmente, venha acompanhada de condições efetivas de absorção e desenvolvimento de tecnologia. Do contrário, o desaparecimento da indústria nacional e o domínio completo do capital estrangeiro serão uma questão apenas de tempo. É um erro pensar que a simples abertura resolve os problemas, inclusive os de curto prazo, como o dos preços elevados de alguns setores no mercado interno. O que se conseguirá com isso é somente a queima de reservas cambiais, especialmente numa situação em que a taxa de câmbio está baixa. O exemplo da Argentina de Martinez de Hoz está bem próximo.

Quando se discute a necessidade de desenvolver tecnologia ou até mesmo de absorvê-la via associação, surge o problema do financiamento. Essa não é uma questão nova, mas, justamente por não ter sido bem encaminhada de outras vezes, volta sempre que se pensa em dar um passo à frente. A pergunta que está no ar é: quem vai financiar o avanço? A tradicional participação do Estado está inviabilizada pela situação das finanças públicas; não é por acaso que está na moda o neoliberalismo, que prega a retirada do Estado da economia. A interpretação é simples: se ele não pode mais entrar com recursos, ou seja, pelo lado da despesa pública, que também se retire do lado da receita pública, cobrando menos impostos, e das atividades produtivas, via privatização — o setor privado, capitalizado pelas altas taxas de juros pagas pela sociedade ao longo dos vários anos de "rolagem" da dívida pública, tem interesse em transformar capital fictício em ações de empresas rentáveis. Por outro lado, os organismos internacionais de financiamento estão virtualmente fechados para o Brasil, pelo menos enquanto não se equacionar a questão da dívida externa. Restam os capitais privados nacionais e estrangeiros. O capital nacional não tem tradição em sair na frente, pelo contrário, foi até hoje puxado pelo Estado. Talvez a saída seja a da associação com o capital externo, mas aí se coloca a dúvida a respeito do interesse deste em apostar no Brasil. A estabilidade da economia brasileira é um pré-requisito para a decisão estrangeira, e nesse ponto o Plano Brasil Novo não tem ajudado muito. A inflação ainda não controlada e a desconfiança a respeito do efetivo controle do "deficit" público estão a indicar uma expectativa não muito favorável à atração de investimentos.

Outro problema, também antigo e não equacionado, é o da necessidade de aumentar a oferta dos serviços de infra-estrutura, principalmente de energia elétrica, telecomunicações e transportes. Novamente se coloca a questão do financiamento.

Se vamos realmente nos lançar num novo projeto de desenvolvimento, segundo o anúncio oficial, comparável ao Plano de Metas do Governo Kubitschek, urge que se tenham respostas concretas para esses problemas. Do contrário, corre-se o risco de uma transferência de tecnologia do tipo "caixa preta", ou, o que é pior ainda, a simples importação de produtos finais semelhantes aos produzidos internamente.

Indústria de transformação no Rio Grande do Sul

A exemplo da indústria nacional, a indústria gaúcha também se adaptou à proposta recessiva do Plano Brasil Novo mesmo antes de sua divulgação. É o que mostram as taxas de variação negativas da variável pessoal ocupado na Tabela 6. É bom lembrar que até dezembro de 1989 essas taxas eram positivas e a partir de janeiro de 1990 são cada vez mais negativas. De qualquer forma e apesar das diferenças metodológicas, a taxa acumulada até maio para a indústria gaúcha, medida pelo IDERGS, é bem menor que a verificada para a indústria paulista, medida pela FIESP (Tabela 4).

No que se refere às informações contidas na Tabela 6 como um todo, também é possível identificar um comportamento semelhante ao da indústria nacional, com quedas generalizadas a partir de março, quando foi anunciado o Plano, e um impacto muito forte no mês de abril, quando as atividades ficaram semiparalisadas. A *Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação* (1990)⁵ do Estado indicou um percentual de utilização da capacidade instalada de 62% em abril, com a categoria bens de capital praticamente parada (20%). Esses percentuais, que já eram baixos na pesquisa anterior, em janeiro, respectivamente, 71% e 50%, tornaram-se a expressão concreta do ajuste às novas medidas. Se for verificada a listagem de problemas apontados pelas empresas pesquisadas em abril, novamente fica clara a importância das mudanças econômicas na queda das atividades, uma reclamação de quase todos os entrevistados.

⁵ Pesquisa realizada pela FGV.

Tabela 6

Taxas de variação mensais e acumuladas de diversas variáveis da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1990

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		(%)
	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	
Índice de desempenho industrial..	5,12	5,12	4,89	5,01	-15,05	-2,20	-24,68	-8,36	-23,92	-11,84	
Compras	21,36	21,36	6,08	13,35	-20,25	0,34	-32,95	-10,28	-42,03	-18,06	
Vendas	-0,68	-0,68	3,61	1,39	-46,24	-17,90	-57,65	-29,27	-47,21	-33,55	
Pessoal ocupado	-1,36	-1,36	-2,18	-1,77	-1,67	-1,74	-4,51	-2,43	-6,75	-3,30	
Salário médio	-2,90	-2,90	6,14	1,32	-2,70	0,00	-13,77	-3,49	-16,16	-6,27	
Energia elétrica	20,27	20,27	15,99	18,12	1,52	12,16	-15,71	4,29	-2,09	2,94	

FONTE: CEAG/IDERGS.

- NOTA: 1. As taxas mensais refletem a variação do mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.
2. As taxas acumuladas refletem a variação do período de janeiro até o mês de referência em relação ao mesmo período do ano anterior.

Voltando à Tabela 6, um exame mais detalhado da evolução da variável vendas em comparação com as demais variáveis, especialmente compras, pessoal ocupado e energia elétrica, revela a mesma defasagem já apontada em artigos anteriores (Indic. Econ. FEE, 1989; 1989a) agora para o ano de 1990. O fato de as vendas mostrarem taxas acumuladas no ano sistematicamente menores que as demais variáveis leva à construção de uma hipótese de subfaturamento. No último trimestre de 1989, ao se compararem vendas com compras, eram apontadas essa hipótese e outra, ligada à formação de estoques, que no momento é inviável. Porém agora se verifica que a defasagem se dá também em relação a pessoal ocupado e à energia elétrica, que inclusive mostra variação positiva. É difícil conciliar uma queda das vendas de 33% com um aumento de energia elétrica de 3% e uma diminuição de pessoal de somente 3%.

Fazendo-se uma análise mais desagregada, cabe um destaque negativo aos setores de calçados e adubos e fertilizantes, que apresentaram decréscimos das vendas de 50% e 61%, respectivamente, e diminuição do emprego de 9% no período janeiro-maio de 1990 em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto aos calçados, o maior problema apon-

tado pelas empresas é a defasagem cambial, e, para explicar o mau desempenho de adubos e fertilizantes, deve-se lembrar do retardo na definição do financiamento da safra de inverno e do atraso na comercialização da safra de verão, ambos reflexo dos ajustes econômicos. Destacam-se positivamente os setores de química e celulose, papel e papelão, que absorveram melhor o Plano, a ponto de em abril acusarem percentuais de utilização da capacidade instalada de 92% e 82% respectivamente. Os vínculos desses setores com o Exterior explicam boa parte de sua estabilidade.